

A. I. Nº - 206955.0005/10-0
AUTUADO - UNIGEL PLÁSTICOS S/A.
AUTUANTE - MARIA DAS GRAÇAS LEMOS CARVALHO
ORIGEM - IFEP INDÚSTRIA
INTERNET - 05. 04. 2011

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0059-01/11

EMENTA: ICMS. 1. ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES. ESTOQUE FINAL. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Considera-se saída do estabelecimento a mercadoria constante no estoque final na data do encerramento de suas atividades, a menos que se trate de sucessão. Imputação não contestada. **2.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Infração reconhecida. **3.** LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS. A diferença das quantidades de saídas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques constitui comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. As infrações 3 e 4 foram reconhecidas como procedentes pelo sujeito passivo. A inclusão no levantamento quantitativo de documentos fiscais apresentados na defesa e a correção da metodologia empregada na auditoria fiscal comprovaram a improcedência da infração 5. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe foi lavrado, em 28/06/2010, para exigir do autuado ICMS, no montante de R\$ 316.074,75, acrescido de multa por descumprimento de obrigação tributária principal, e para impor multa por descumprimento de obrigação tributária acessória, no valor de R\$ 5.277,88, em razão das seguintes infrações:

Infração 01. Falta de recolhimento de ICMS relativo a mercadorias constantes do estoque final, quando do encerramento das atividades, estando devidamente escriturado o Livro Registro de Inventário. Fato ocorrido no mês de dezembro de 2007, tendo sido lançado ICMS no valor de R\$ 112.962,16, mais multa de 60%.

Infração 02. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal, no mês de dezembro de 2007, tendo sido aplicada multa por descumprimento de obrigação tributária acessória no montante de R\$ 5.277,88, equivalente a 10% do valor comercial das mercadorias não registradas.

Infração 03. Falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado por meio de levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias no exercício fechado de 2007. Foi lançado ICMS no valor de R\$ 21.720,52, acrescido da multa de 70%. Consta na descrição dos fatos que se trata de levantamento quantitativo de produtos da família “PC-CRISTAL”.

Infração 04. Falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado por meio de levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias no exercício fechado de 2008. Foi lançado ICMS no valor de R\$ 62.606,61, acrescido da multa de 70%.

Infração 05. Falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado por meio de levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias no exercício fechado de 2007. Lançado ICMS no valor de R\$ 118.785,46, mais multa de 70%. Consta que se trata de *“Levantamento quantitativo dos produtos: (FN-2200 e FN-2700). O estoque em poder de terceiros desses produtos foram registrados em 31/12/2007 com quantidades negativas. Não houve produção desses produtos no período.”*

O autuado, por meio de advogados regularmente constituídos, apresenta defesa (fls. 307 a 313) e, inicialmente, reconhece como procedentes as infrações 1, 2, 3 e 4 e informa que efetuará o pagamento correspondente com certificado de crédito, conforme “doc. 03” (fls. 349 a 354).

Ao impugnar a exigência fiscal referente à infração 5, o autuado explica que é uma empresa industrial, que na consecução de suas atividades remete mercadorias para industrialização em outros estabelecimentos. Sustenta que a autuante, ao efetuar o levantamento quantitativo, deixou de considerar operações de saídas de mercadoria (Polícarbonato Marca Dorolon – Floco Normal, códigos FN-2200 e FN-2700) destinadas à industrialização e em transferências. Discorre sobre a realização de levantamento quantitativo de estoque à luz do disposto na Portaria 445/98 e no art. 936 do RICMS-BA e, em seguida, conclui que a desconsideração de operações de entrada e de saída ocasionou distorções que apontaram as diferenças apuradas.

Assevera que a autuante deixou de computar as saídas referentes à Nota Fiscal nº 1276 (fl. 356), por meio da qual foram remetidos para industrialização 61.400,00 kg do produto “FN-2200”, e à Nota Fiscal nº 1278 (fl. 358), através da qual foram remetidos para industrialização de 29.480,54 kg do produto “FN-2700”.

Ressalta que, no levantamento quantitativo, não foram consideradas as transferências atinentes às Notas Fiscais nºs 1.398 (fl. 360), 1.399 (fl. 362), 1.401 (fl. 364) e 1.403 (fl. 366). Também diz que a Ordem de Industrialização nº 848.111 (fl. 368) não foi incluída na auditoria realizada.

Assegura que, após as correções dos equívocos apontados acima, não subsiste qualquer omissão para o levantamento quantitativo de estoque do produto em comento, conforme demonstrativo que apresenta à fl. 312. Diz que, dessa forma, está demonstrada a regularidade da movimentação de seus estoques e, portanto, a infração 5 deve ser julgada improcedente.

Ao prestar a informação fiscal (fls. 375 e 376), a autuante, referindo-se à infração 5, explica que o autuado iniciou as suas atividades em 01/10/07, como sucessor da empresa de Inscrição Estadual nº 69.627.609, que tinha encerrado as suas atividades em 30/09/07, quando foi realizado o inventário previsto nessa situação. Diz que, como as Notas Fiscais nºs 1276 e 1278 (fls. 356 e 358) foram emitidas em 30/09/07, as mercadorias nelas consignadas já constavam nesse inventário. Frisa que só podem ser consideradas, na relação das saídas, as operações realizadas a partir de 01/10/07 e, por esse motivo, essas duas notas fiscais não foram incluídas no levantamento quantitativo.

Diz que não considerou o valor registrado como “ORDEM DE INDUSTRIALIZAÇÃO – 1400,00 KG”, porque na rubrica “consumo interno – 61703,00” já constava esse valor. Saliencia que a composição do consumo interno foi fornecida ao fisco pelo próprio autuado, quando da realização da auditoria fiscal. Aduz que não há motivo para ser apresentado novo valor, de forma isolada, para ser adicionado ao consumo interno, a menos que seja apresentada uma nova composição geral.

Destaca que as Notas Fiscais nºs 1398, 1399, 1401 e 1403, por serem referentes a operações realizadas no período de 01/10/07 a 31/12/07, no total de 30.577,54 kg, devem ser incluídas no levantamento

quantitativo. À fl. 377, a autuante refez o levantamento quantitativo de estoque, no qual foram incluídas as saídas de 30.577,54 kg, referentes a essas quatro notas fiscais, o que reduziu o valor devido na infração 5 para R\$ 88.532,05.

Notificado acerca do resultado da informação fiscal, o autuado volta a se pronunciar nos autos (fls. 383 a 388) e, referindo-se às Notas Fiscais n^{os} 1276 e 1278, reitera que a soma dos produtos enviados para industrialização nessas duas notas corresponde exatamente ao estoque inicial considerado pela fiscalização no seu “Demonstrativo de Cálculo das Omissões” (90.880,54 kg).

Sustenta que na auditoria fiscal não foram observadas as saídas promovidas pelo autuado no último dia de atividade do seu estabelecimento (30/9/2007), por meio das Notas Fiscais n^{os} 1276 e 1278, que se referiam a remessas para industrialização e, portanto, permaneceram no estoque da empresa, em poder de terceiros.

Destaca que, apesar de não ter considerado as saídas promovidas pelo autuado, com a finalidade de industrialização, por meio das Notas Fiscais n^{os} 1276 e 1278, a autuante computou no seu levantamento quantitativo as entradas decorrentes dos retornos de industrialização, procedidos por meio das Notas Fiscais n^{os} 29869, 29871, 29875, 30294, 30321, 30330 e 30363, totalizando 90.880,54 kg, conforme tabela que apresenta.

Salienta que a autuante, ao desconsiderar as saídas promovidas por meio das Notas Fiscais n^{os} 1276 e 1278, mas computar o retorno de tais mercadorias como entradas no estabelecimento e no estoque inicial (que estava em poder de terceiros), contou em duplicidade 90.880,54 kg, o que diz ter acarretado a omissão de saídas.

Ressalta que a autuante se equivocou ao considerar que a Ordem de Industrialização n^o 848.111 já estaria abrangida no “consumo interno – 61.703,00”. Diz que, sob tal fundamento, a autuante desconsiderou a entrada no estoque dos 1.400,00 kg do produto em tela.

Menciona que a omissão apurada pela fiscalização (no total 89.480,54 kg), correspondente exatamente à duplicidade de 90.880,54 kg (entrada decorrente do retorno relativo à remessa para industrialização + estoque inicial) subtraído da quantidade de 1.400,00 kg, entrada em decorrência da requisição para industrialização, conforme tabelas que apresenta. Repisa que, dessa forma, está comprovada a improcedência da infração 5. Destaca que há necessidade de revisão fiscal a ser realizada pela fiscalização.

Às fls. 424 a 427, foram acostados aos autos documentos atinentes à solicitação de certificado de crédito, no valor de R\$ 285.031,54, destinado ao pagamento referentes às infrações 1 a 4.

Constam, às fls. 428, 430 e 431, extratos do SIGAT (Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária) referentes ao pagamento do valor reconhecido como devido de R\$ 285.031,54.

VOTO

O Auto de Infração em epígrafe foi lavrado em razão de cinco imputações, conforme descrito no relatório que antecede este voto. As infrações 1, 2, 3 e 4 foram expressamente reconhecidas como procedentes, tendo efetuado o pagamento correspondente. Dessa forma, essas infrações estão devidamente caracterizadas.

Resta, portanto, em lide apenas a infração 5, a qual trata de omissão de operações de saídas de “Polycarbonato Marca Duroton – Floco Normal, códigos FN-2200 e FN-2700”, no total de 120.058,08 kg, o que gerou o ICMS a recolher no valor de R\$ 118.785,46. Essa irregularidade foi apurada mediante a realização de levantamento quantitativo de estoque, referente ao período 01/10/07 a 31/12/07, tudo conforme os demonstrativos de fls. 222 a 224 e os documentos comprobatórios de fls. 227 a 302.

Em sua defesa, o autuado sustenta que a infração 5 não procede, pois a autuante deixou de considerar as seguintes operações com o referido produto: a) saídas em transferências conforme as

Notas Fiscais n^{os} 1.398, 1.399, 1.401 e 1.403, com o total de 30.577,54 kg; b) consumo interno de 1.400 kg, consoante a Ordem de Industrialização n^o 848.111; c) saída para industrialização referente às Notas Fiscais n^{os} 1276 e 1278, com, respectivamente, 61.400 kg e 29.480,54 kg.

Com fulcro no art. 147, I, “a”, do RPAF/99, indefiro a solicitação de diligência, pois considero que os elementos já existentes nos autos são suficientes para o deslinde da questão.

Quanto às operações de saídas em transferências relacionadas nas Notas Fiscais n^{os} 1.398, 1.399, 1.401 e 1.403, com o total de 30.577,54 kg, observo que a própria autuante na informação fiscal acolheu o argumento defensivo e incluiu no levantamento quantitativo, na relação das saídas com notas fiscais, o total de 30.577,54 kg, o que reduziu a omissão de saída para 89.480,54 kg e o ICMS devido para R\$ 88.532,05, tudo conforme o demonstrativo de fl. 377, do qual o autuado recebeu cópia.

Examinado as fotocópias das Notas Fiscais n^{os} 1.398, 1.399, 1.401 e 1.403, acostadas às fls. 360, 362, 364 e 366, verifico que esses documentos fiscais foram emitidos em 31/10/07 e 07/11/07 e, portanto, dentro do período abarcado pelo levantamento quantitativo de estoque e, até que se prove o contrário, refletem efetivas operações de saídas em transferência. Também constato que esses documentos não tinham sido considerados na relação das saídas originalmente apurada pela autuante (fl. 222). Dessa forma, foi correto o procedimento da autuante quando, na informação fiscal, acolheu as provas apresentadas na defesa e incluiu na relação das saídas o total de 30.577,54 kg, reduzindo, assim, o valor devido na infração 5 para R\$ 88.532,05.

O argumento defensivo referente ao consumo interno de 1.400,00 kg do citado produto, atinente à Ordem de Industrialização n^o 848.111, não merece acolhimento. Com base nos elementos probantes acostados ao processo, depreendo que essa referida Ordem de Industrialização já constava na planilha de fl. 275, a qual foi apresentada ao fisco pelo próprio autuado.

Quanto às Notas Fiscais n^{os} 1276 e 1278, há que se ressaltar que o período objeto do levantamento quantitativo de estoque foi de 01/10/07 a 31/12/07, conforme no demonstrativo de fl. 222. Assim, no levantamento quantitativo em tela, no rol das operações de saídas, só devem constar operações ocorridas dentro desse citado período. Examinado as fotocópias das Notas Fiscais n^{os} 1276 e 1278 acostadas às fls. 356 e 358, verifico que foram emitidas em 30/09/07, portanto, antes do período abrangido pelo levantamento quantitativo em comento. Dessa forma, essas referidas notas fiscais não podem ser incluídas no levantamento quantitativo em tela.

Contudo, examinado a metodologia empregada pela autuante na elaboração do levantamento quantitativo de estoque, verifico que, efetivamente, há duplicidade de contagem como foi sustentado na defesa, conforme passo a demonstrar.

A quantidade de 90.880,54 kg do produto em tela, saída para beneficiamento, já constava no inventário realizado em 30/09/07, sob o título de “Produto em Poder de Terceiros – Saídas Beneficiamento”, como prova o livro Registro de Inventário às fls. 234. Dessa forma, os 90.880,54 kg foram incluídos no levantamento quantitativo, no “Estoque Inicial” (fl. 377).

Quando esse produto que estava em poder de terceiros (90.880,54 kg, ver fl. 224) retornou ao estabelecimento autuado, ocorreu apenas um fato permutativo: o estoque inicial de produto em poder de terceiros, no total de 90.880,54 kg, foi reduzido a zero; ao passo que a quantidade de desse produto em poder do autuado passou de zero para exatos 90.880,54 kg. Assim, a quantidade total que o autuado dispunha durante todo o período abarcado pela auditoria de estoque foi de apenas 90.880,54 kg. Obviamente, nesse período, o contribuinte não chegou a dispor de um total de 181.761,08 kg do produto em tela, como consta no demonstrativo acostado à fl. 377.

Ao considerar uma disponibilidade de 181.761,08 kg do produto (“Saídas Reais” – fl. 377), a autuante incorreu uma dúplice contagem. Para corrigir esse equívoco, a quantidade das “Saídas Reais” deve ser retificada para 90.880,54 kg. Efetuando essa retificação, o levantamento quantitativo de estoque passa a apresentar uma omissão de entradas de 1.400,00 kg do produto em comento, conforme demonstrado a seguir:

Saídas Reais: 90.880,54 kg

(-) Saídas com Notas Fiscais: 30.577,54 kg

(-) Consumo Interno: 61.703,00 kg

= Omissão de Entrada: 1.400,00 kg

O ICMS referente a essa omissão de entrada não pode ser cobrado no presente lançamento, pois implicaria mudança no fulcro da autuação, o que é vedado pela legislação tributária estadual. Saliento que a omissão de entrada apurada não constava na imputação inicial – não se trata de um levantamento quantitativo de estoque que tivesse apurado omissões de saídas e de entradas.

Em face do acima exposto, a acusação imputada ao autuado na infração 5 (ter omitido operações de saídas) não subsiste e, portanto, essa infração é improcedente.

Por fim, ressalto que essa omissão de entrada pode ter sido decorrente da “Ordem de Industrialização” citada na defesa e que não foi acatada neste voto por falta de prova. Assim, a repartição fazendária competente deverá verificar se há necessidade de nova ação fiscal visando apurar e, se for o caso, exigir o imposto correspondente a essa omissão de entrada.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, para julgar as infrações 1 a 4 procedentes e a infração 5 improcedente, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206955.0005/10-0**, lavrado contra **UNIGEL PLÁSTICOS S/A**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$197.289,29**, acrescido das multas de 60% sobre R\$ 112.962,16 e de 70% sobre R\$ 84.327,13, previstas no artigo 42, II, “f”, e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$5.277,88**, prevista no artigo 42, IX, da mencionada Lei, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei nº 9.837/05, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Esta Junta recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/2000, com efeitos a partir de 10/10/2000.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de março de 2011.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR